

## **Políticas Estaduais de Turismo de Base Comunitária: similitudes, diferenças, avanços e entraves**

**Carolina Todesco<sup>1</sup>**

**Jakson Braz de Oliveira<sup>2</sup>**

**Maria José dos Santos Pimentel<sup>3</sup>**

### **Resumo**

Iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil datam de meados da década de 1990 e apesar desse modelo de gestão de turismo ser muito valorizado como uma forma de promover o turismo sustentável e responsável, pouco se discute sobre as políticas públicas diretamente direcionadas ao fortalecimento do TBC no país. Mesmo na ausência de uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária, 6 (seis) estados instituíram sua Política Estadual de Turismo de Base Comunitária (PETBC), por meio de lei, sendo eles: Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Pará. Desta forma, o objetivo geral do trabalho é apresentar as similitudes e diferenças entre as políticas estaduais de Turismo de Base Comunitária, assim como os avanços e os entraves na implementação dessas políticas por parte da gestão pública estadual. Para isso, foi realizada uma análise comparativa dos conteúdos das PETBCs a partir de 7 (sete) categorias: conceito; princípios; objetivos; público-alvo; instrumentos de gestão; instrumentos de fomento; e instrumentos de fiscalização. A fim de subsidiar a análise referente à implementação das políticas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores dos órgãos públicos estaduais de turismo que respondem por ações na área do TBC. Os resultados demonstram que as primeiras Políticas Estaduais de Turismo de Base Comunitária instituídas, a partir de 2018, acabaram virando referência para as demais, com algumas poucas diferenças em relação ao conceito, princípios, objetivos e público-alvo. As maiores diferenças encontram-se nos instrumentos de gestão, de fomento e de fiscalização. Em relação a implementação, observa-se que as PETBCs, apesar de instituídas por lei, não tiveram grande impacto nos trabalhos dos órgãos estaduais de turismo, os quais não apresentam unidades específicas para tratar sobre turismo de base comunitária, não possuem um levantamento sistematizado das iniciativas de TBC no território estadual, não apresentam linhas de fomento e de crédito específicas para a área, e concentram suas ações, em sua maioria, em oficinas de sensibilização, geralmente em parceria com outras instituições. É evidente, portanto, que o TBC ainda não ocupou lugar de destaque nas ações governamentais do Poder Executivo estadual na área do turismo, mesmo nas unidades federativas que instituíram uma lei para isso.

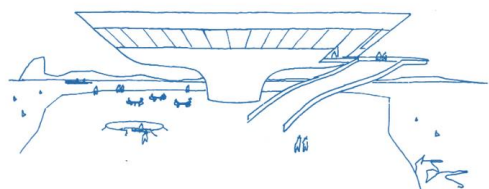
---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo USP/PPGH. Docente do PPGTUR/UFRN <http://lattes.cnpq.br/7868921464769737>. Email: [carlotodesco@gmail.com](mailto:carlotodesco@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Turismo pelo PPGTUR/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/2353463679184007>. Email: [Jakson.braz.040@ufrb.edu.br](mailto:Jakson.braz.040@ufrb.edu.br)

<sup>3</sup> Mestranda em Turismo pelo PPGTUR/UFRN. <http://lattes.cnpq.br/0825549343954447>. Email: [mariapimentel978@gmail.com](mailto:mariapimentel978@gmail.com)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



20 A 22 DE SETEMBRO DE 2023 | NITERÓI/RJ | ANAIS ANPTUR - ISSN: 23596805



# XX SEMINÁRIO ANPTUR

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TURISMO E HOSPITALIDADE NO BRASIL

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Políticas Estaduais de Turismo de Base Comunitária; implementação de políticas públicas.